



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL'
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Esplanada dos Ministérios , Bloco "B" Sala 553 - CEP: 70.068-900
Tel.: 61-3317 -1207; Fax: 61- 3317 1757; www.mma.gov.br/ea

RELATO DE ATIVIDADE: GRUPOS DE TRABALHO

Seminário Nacional **Desafios e perspectivas: Educação Ambiental no setor empresarial e sindical.** **Salvador – BA, 06 a 08 de maio de 2009**

Realização: Instituto de Meio Ambiente - IMA; Secretaria de Meio Ambiente da Bahia; Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA; Ministério do Meio Ambiente

1. PROGRAMA

Dia 06 de Maio de 2009 - Quarta-feira

08h30 – Reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA (CTEA)

Local: Instituto do Meio Ambiente – IMA

14h00 – Abertura do Seminário

Governo da Bahia

Secretario do Meio Ambiente – Eduardo Mattedi

Instituto do Meio Ambiente – IMA – Elizabeth Wagner

Ministério do Meio Ambiente – Samyra Crespo

Diretor do Depto. de Apoio ao CONAMA – Nilo Diniz

Presidente da Câmara Técnica de Educação Ambiental/CONAMA – Paulo Maluhy (Oca-Brasil)

Representante do MEC - Rachel Trajber

Presidente ou representante da ABEMA

Presidente da ANAMMA

Representante do Setor Empresarial (CNI)

Representante do Setor Sindical (CTB) – Ailton Jara

15h - Palestra - “Panorama Brasileiro de Práticas Empresariais e Sindicais em Educação Ambiental”

Expositores:

Carlos Frederico Loureiro – Prof. da UFRJ - Abordagem Empresarial

Samyra Crespo – Secretária de Articulação institucional e Cidadania Ambiental/MMA (coordenadora)

Relator: Representante da ONG Novos Curupiras

17h – Relato de Experiências: Michelin, Petrobras e Costa do Sauípe

19:30h: Lançamento do livro:

"EDUCAÇÃO EMPRESARIAL NO BRASIL”, reunindo 22 autores", de Alexandre G. Pedrine

20:00 – Coquetel

Dia 07 de maio - Quinta-feira

8h30 – Mesa-Redonda – “Compartilhando Enfoques, Experiências e Indicadores de Educação Ambiental”

Participantes:

Mauro Guimarães – Educação Ambiental de Trabalhadores – UFRRJ

Rachel Trajber – Coordenadora de Educação Ambiental do MEC

Nelton Friedrich - Diretor de Coordenação e Meio Ambiente da Itaipu Binacional

Felipe – MST

Coordenação: Elizabeth Wagner - Diretora-Geral do Instituto de Meio Ambiente da Bahia

Relator: Célio Costa Pinto - Ibama

10h30 – Estudos de Casos e Relatos de Experiências

Participantes :

Jean Benevides - Caixa Econômica Federal

Sérgio Araújo de Sousa – COELCE

Rogério Pantoja – Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT

Luiz Antônio Rossi - Arcelor Mittal Tubarão – Programa Interagir - CST

Coordenação: Nilo Diniz – Diretor do Depto. de Apoio ao CONAMA - DConama

Relator: FIESP/CNI (a confirmar)

14h00 - MESA REDONDA - Responsabilidade Socioambiental, Comunicação e Consumo Sustentável

Participantes:

Ricardo Young – Instituto Ethos

Alvaro Oyama – INCECC (Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros)

Liana John – Editora-executiva da Revista Terra da Gente

Karla Matos – Diretora de Responsabilidade Socioambiental da SAIC/MMA

Lisa Gunn – IDEC

Eliana de Melo Braga e Sílvia Regina Burzaca – CETESB

Coordenação: Eduardo Mattedi– Superintendente de Políticas para Sustentabilidade – SEMA/BA

Relator: Representante do Gov. Bahia

16h30 - MESA REDONDA: “Educação Ambiental no Licenciamento”

Participantes:

Lúcia Maria Bandeira de Melo Ferreira - FURNAS

Edmilson Maturana - CGPEG/DILIC/IBAMA “A experiência do licenciamento do Petróleo off shore”

Representante do Projeto Manati, da Petrobras

Representante do IMA-Bahia

Representante do Instituto Estadual de Meio Ambiente/Espírito Santo

Coordenação: Lúcia Anello – Diretora de Educação Ambiental da SAIC

Relator: Luciara Figueira – Ibama/Bahia

19:00h - Lançamento do livro:

"Educação Ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento" – Carlos Frederico Loureiro (organizador) Publicação do IMA Bahia.

Dia 08 de maio - Sexta-feira

08h30 - GRUPOS DE TRABALHO

Tema 1: Olhares e experiências no exercício da responsabilidade socioambiental

Coordenação: Karla M. Matos – Diretora do Depto. de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental/SAIC-MMA

Tema 2: Olhares e ações para mecanismos de incentivo, financiamento, e redes de fundos para a Educação Ambiental

Coordenação: João Paulo Sotero - IBAMA

Tema 3: Deliberações da III CNMA com vistas a regulamentação do art. 3º da lei 9.795/99

Coordenação: OCA – Brasil

Tema 4: Educação Ambiental no licenciamento no âmbito do SISNAMA com vista à implementação do Art. 6º do Decreto 4.281/02.

Coordenação: Tatiana Walter – IBAMA/CGPEG

Objetivos do Grupos:

- Identificar elementos que contribuam para a formulação de indicadores de avaliação para as práticas de Educação Ambiental nas empresas.
- Identificar elementos que contribuam para a formulação de indicadores de avaliação para as práticas de Educação Ambiental no licenciamento.
- Estudar, com o setor produtivo e empresarial, mecanismos de incentivo e financiamento para as ações de educação ambiental.

10h30 - PLENÁRIA: Apresentação dos Grupos de Trabalho e Debates

PARTICIPANTES: Relatores das mesas e dos GTs.

RELATOR: Representante da área sindical (a confirmar)

Mostra Permanente de Empresas e Sindicatos

Espaço para Exposição/Painel

Apresentação de Vídeos

Iniciativa:

Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA

Realização: Governo da Bahia – IMA e Ministério do Meio Ambiente – SAIC

1.1. Mudanças na Programação:

- No dia 06 de maio, após a palestra, haverá duas apresentações referentes a “Estudos de casos e relatos de experiências” das empresas Petrobrás, Michelin e Resort Costa do Sauípe.

2. RELATO:

- Todas apresentações (arquivos de slides e falas) foram gravados e serão disponibilizados no site do CONAMA: www.mma.gov.br/conama/

2.1. Mesa de abertura:

Data: 06 de maio

Hora: 14:00

- **Paulo Maluhy** - Presidente da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA:

Iniciou sua fala considerando a importância do apoio do governo ao Seminário.

- Antônio Henrique Borges – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC: Saudou os representantes da mesa e destacou a importância desse evento para o setor. Fez uma síntese da programação. Destacou que a visão com ação possibilita a mudança do mundo e esse Seminário é parte dessa ação para um mundo melhor.

- **Ailton de Jesus de Araújo** - Setor Sindical: O Seminário mostra a intenção do poder público de dialogar com os movimentos sociais e sociedade civil visando apontar horizontes promissores para o enfrentamento da crise mundial.

- **Samyra Crespo** – Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente: Em nome do Secretário Julio Matos cumprimentou toda a mesa e trouxe saudações ecológicas e libertárias do Ministro de Estado Carlos Minc, que sempre se apresenta como um educador e professor. Apresentou a grande expectativa do MMA em ouvir os atores relevantes para proposta da normatização do Art. 3º da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, lei 9795/99. O MMA está atento e aberto para ouvir as sugestões. Esclareceu que o MMA ainda não se debruçou como devia sobre o que seria uma EA para o setor produtivo. Apresentou que por meio do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, o MEC, na atuação junto às escolas, e o MMA junto à sociedade, trabalham para o fortalecimento do SISNAMA com o diálogo e fortalecimento dos estados. Finalizou destacando que a história da educação ambiental - EA - é jovem, recente e bem sucedida e por isto há o esforço em organizar este evento para fortalecer o envolvimento do setor. Falou que o MMA tem um Departamento de Educação Ambiental bem estruturado.

- **Juliano Matos**, Secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia: Deu boas vindas a todos e falou sobre a importância de avançarmos nas políticas de educação ambiental visando uma antecipação. Na Bahia, o estado já trabalha a legislação por meio da CIEA visando uma política de EA para o estado. Esse seminário será um espaço para troca de experiências. Nada mais correto do que construir uma política de educação ambiental compartilhada com o setor sindical e empresarial, isto é um sinônimo de transformação. Desejou a todos um bom Seminário.

- Participaram também a mesa:

- Célio Corsa Pinto - IBAMA - Bahia;

- Elizabeth Wagner - IMA - Governo do Estado da Bahia;

- Raquel Trajber - Coordenadora de Educação Ambiental do Ministério da Educação

2.2. Palestra “Panorama Brasileiro de Práticas Empresariais e Sindicais em Educação Ambiental”

Data: 06 de maio

Hora: 15:00

Samyra Crespo fala sobre a ausência de um dos palestrantes, Pedro Ivo, e justifica dizendo que ele está com problemas de saúde. Em seguida começa uma pequena contextualização histórica. Samyra disse que foi pesquisadora do CNPQ e conduziu a pesquisa “O que o brasileiro pensa sobre o meio

ambiente e sustentabilidade”, dentro de um quadro multi setorial, e pelo estudo ter uma série histórica e permite ver a evolução dos fatos.

Ela disse que ao longo do tempo a porcentagem de pessoas que não conseguem apontar um problema ambiental no seu município, bairro diminuiu, o que demonstra que houve uma mudança na percepção do brasileiro sobre o meio ambiente.

São apontados como responsáveis pelos problemas ambientais governo federal, estadual e municipal respectivamente, demonstrando que a sociedade não se enxerga como responsável também pela proteção ambiental. O setor empresarial foi visto como o que mais degrada o meio ambiente.

As três falhas que ocorrem ao se pensar EA e sustentabilidade : O quanto nós devíamos ter feito e não fizemos; o quanto devemos fazer para alcançar uma sociedade sustentável; pregar para os outros sem verificar o que nós mesmos (ou o próprio setor) pode fazer por isto.

Na Rio-92 foi colocada em prática a ideia da multissetorialidade para a defesa do meio ambiente, materializada em conselhos, colegiados com representantes de diferentes setores. Nas centrais sindicais os setores de meio ambiente não tem muita expressão. Toda organização do setor empresarial para o enfrentamento de questões ambientais se inicia nos anos 60 e 70, baseado no direito de saber, com o fim de melhorar a tecnologia, a proteção ao consumidor.

No Brasil tem o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS, que é um braço do World Business Council - WBC, que promove o debate sobre meio ambiente no setor empresarial brasileiro. E junto com o novo empresariado brasileiro o debate sobre meio ambiente se tornou mais forte.

O Brasil está cumprindo todos acordos internacionais q foram assinados na Rio-92, antes e depois. O movimento de responsabilidade socioambiental empresarial é importante para a sociedade civil, pois traz benefícios para a mesma, inicia a mudança de paradigma. Assim devemos todos refletir sobre o que podemos fazer em conjunto para promover a mudança para o desenvolvimento sustentável.

Carlos Frederico colocou duas questões: 1- Já fizemos muito mas ainda temos muito a fazer; 2- Desafios de entender as diferentes atribuições e responsabilidades dos diferentes setores na realização da EA nos setores empresarial e sindical. Ele apresenta alguns questionamentos sobre EA empresarial:

- Lacunas em EA empresarial: só 3% das dissertações abordam o tema (incentivo a pesquisas científicas sobre a EA empresarial); falta acúmulo sobre como tem se dado a execução da EA empresarial;
- Alguns conceitos que estão na PNEA, não aparecem com tanta clareza nas práticas de EA empresarial, e ainda há um entendimento bem diversificado sobre os mesmos; Como se apropriar dos princípios da PNEA ?

- Outra problema é a continuidade dos programas de EA empresarial, pois não há um modelo de avaliação das ações empresariais e políticas públicas , não há avaliação de processo e de impacto. Assim é gerada uma dificuldade de continuidade das ações;

- Formação no setor empresarial; comunicação, construção de políticas de EA.

Sobre o segundo ponto: Há uma confusão no entendimento do papel de cada setor na sociedade:

- Se os espaços de participação da sociedade civil não são pensados para rebater na gestão ambiental pública, dificilmente estes espaços serão locais promotores de mudanças;

- EA no licenciamento: dentre as medidas mitigadoras está a EA, porém o problema é que são ações de EA pontuais desfocadas do processo de produção empresarial, reproduzindo práticas já comuns, são realizadas para cumprir a formalidade das licenças;

- É necessário defender marcos regulatórios que defendam o interesse público;

- Falta formação para fazer EA voltada para o interesse público. Assim a discussão será estimulada no governo e na sociedade;

- Resgatar o papel educativo do sindicato;

- Como o sindicalismo e movimentos sociais passam a ocupar os espaços públicos de EA para que politizem as discussões e dêem concretude as mesmas ?

Ailton Araújo, do setor sindical, ressaltou alguns pontos sobre EA neste setor:

- Necessidade de quebra de paradigma dentro do sindicalismo sobre a questão de meio ambiente;

- Necessidade de reestruturação das instituições, métodos nos municípios e comunidades;

- Nos trabalhos em grupo deve-se falar de ONGs, governo, questão religiosa, etc;

- Qual EA que queremos, qual política? EA para empresários é igual a EA para trabalhadores?
- Quais as necessidades de EA para as diferentes populações, das diferentes regiões do Brasil;
- É necessário ter atenção especial ao setor rural;
- EA deve visar duas coisas: sobrevivência (ser humano e planeta) e controle social (viabilizar condições de produção, ex: agricultura familiar);
- Possibilidade de crescimento profissional dos trabalhadores: modernização dos meios de produção, acumulação do capital privado;
- Levar a questão política para a EA;
- EA nos grandes fóruns do Brasil: está minimizada; A comunicação é precária;
- Integração dos povos;
- Como identificar as ONGs que tem um compromisso real com a EA?
- Necessidade de parcerias entre universidades e sindicatos para modernização das discussões (fortalecer a extensão universitária);
- EA para as mulheres.

No debate sobre a mesa redonda foram levantados os seguintes pontos:

- Indicador de impacto é indicador de resultado;
- Falta clareza dos objetivos dos projetos de EA, assim a avaliação qualitativa fica prejudicada;
- Há a necessidade de se reconhecer o conflito entre a necessidade/querer meio ambiente ecologicamente equilibrado e o atendimento de necessidades materiais; é neste campo que está o papel político da EA;
- Há necessidade do movimento sindical se unificar, a partir disto, a EA será melhor trabalhada;
- Financiamento de EA: fundos de acesso pub (FNMA, etc), fundos privados (FUNBIO, etc) e recursos privados. Nesses casos as parcerias são feitas com ONGs, ou consultorias empresariais.
- Há dificuldades de se estimar o que é investido em EA: o próprio MMA e vinculadas são exemplos, pois não tem estes dados de forma precisa.

2.3. Estudos de casos e relatos de experiências

Data: 06 de maio

Hora: 17:00

- **Petrobrás:** Está nos arquivos do Seminário (PPT)
- **Michelin:** Paulo Roberto, Projeto Ouro Verde- BA
- Abrange o três pilares do desenvolvimento sustentável de forma transversal
- Situa-se no município de Igrapiúna (baixo sul da BA, com baixo IDH)
- Michelin comprou fazenda para suprir seu consumo de borracha
- A fazenda tinha seringais maduros, doentes pelo fungo *Microcyclus ulei*
- Foi feito um diagnóstico, onde foram detectadas as fraquezas, as forças: Fraquezas: seringal maduro que precisava ser renovado, então não havia como manter uma monocultura. Houve a ideia de criar 12 médias propriedades para renovar o seringal e diversificar a cultura. A área ao longo do rio (Área de Proteção Permanente - APP) não foi vendida e uma outra área foi destinada à pesquisa do fungo
- Houve uma parceria público-privada para a implementação do projeto
- Nas áreas em que havia seringal ao longo do rio, está havendo o enriquecimento da biodiversidade da região com mudas proveniente de sementes oriundas da mata da região (250 ha). Está sendo feito de forma lenta, para gerar conhecimentos para a ciência.
- Há parcerias com 3 univ da Bahia e a de Yale, com 100 pesquisadores atuando na área de biodiversidade
- Há a certificação ISO 14001 da empresa
- Primeiros resultados: 400 novos empregos diretos, 2000 hectares de cacau plantados; 2500 hectares de segingueiras; aumento de 50% da produção da usina de borracha natural; mais de 1000 família beneficiadas pela agricultura familiar; pesquisas da biodiversidade: 20 pesquisas concluídas e 30 em andamento com financiamento da Michelin;

- **Resorts Costa do Sauípe:** Beraldo Boaventura, Setor de Gestão sócio ambiental
- É uma empresa que compreende 6 grandes hotéis, centro náutico, equestre no litoral norte da BA.
- A matriz de negócios é hotelaria e entretenimento e turismo sustentável (traduzido em gestão socioambiental)
- A gestão aborda a relação com comunidades do entorno; a Costa tem uma política ambiental com 6 focos;
- O programa Berimbau visa gerar trabalho e renda para a comunidade do entorno por meio de cadeias produtivas locais e estimula o associativismo e fortalecimento de entidades comunitárias e cooperativas
- O foco é o desenvolvimento local, como tradução do turismo sustentável
- O programa apóia: Cooperativa de artesanato do trançado tupinambá (COOPARTT); COOPEVALES: Cooperativa de agricultores que trabalha com comercialização de coco, agricultura familiar e apicultura; VERDECOOP: Cooperativa de reciclagem de lixo: Gera trabalho e renda para 44 pessoas; processa lixo orgânico por meio da compostagem, transformando-o em adubo; COOPEMAR: Cooperativa de pescadores
- Apóia o trabalho de uma escola
- Trabalho de fortalecimento de entidades das comunidades, para que as pessoas participem das decisões da região

- Debate:
- Participante: Como está sendo a avaliação dos projetos?
- Parabeniza os 3 projetos, em especial a Michelin, pois ela aprendeu sobre o tema com o projeto, e agora está trabalhando no INCRA e tendo oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre o assunto
- Como a refinaria procede de acordo com a responsabilidade social ?
- Faltou mostrar o planejamento dos projetos, os custos para ampliar a visão sobre os mesmos
- Michelin: não tem medição dos resultados na atuação com as escolas
- Berimbau: tem equipe pequena que procura catalizar processos de desenvolvimento local da comunidade, atuando por meio de instituições comunitárias

2.4. Mesa redonda: “Compartilhando Enfoques, Experiências e Indicadores de Educação Ambiental”

Data: 07 de maio

Hora: 08:30

A coordenadora da mesa, **Rachel Trajber (MEC)**, falou sobre os seguintes pontos:

- Importância de se atentar para a complexidade, fraternidade (considerar também como outro, outros seres vivos, não só os humanos) nos trabalhos de EA
- Considerar a questão de pertencimento à região; a religião do ser humano com o meio ambiente
- Nos trabalhos de EA nas escolas, atentar para as diretrizes curriculares nacionais
- Trabalhar o significado imaginário de meio ambiente (vítima, vilão) junto a população
- As escolas devem ser/são espaços educadores sustentáveis
- A visão de EA era anacrônica, uma EA prescritiva, fragmentada e desarticulada (material cgu)
- Deve haver um olhar sistêmico e o ideal é que qualquer ação que seja desenvolvida nas escolas passem pelo MEC ou pelas secretarias de educação para que ocorra uma coerência e integração com as políticas públicas locais

Nelton Friedrich - Diretor de Coordenação e Meio Ambiente da Itaipu Binacional

- Trabalhar a EA por microbacias hidrográficas
- Fazer planejamento estratégico para realizar mudanças
- Devemos executar os acordos/tratados/declarações que já existem e não fazer outros documentos
- Bacia Hidrográfica é a unidade natural de planejamento da natureza

- Formação de técnicos e agrônomos em agricultura orgânica
- Quando mais pudermos aterrisar para o concreto o protagonismo da sociedade passa a se concretizar.
- Foi solicitada uma contrapartida para as comunidades, visando uma cooperação entre as partes. Municípios com IDH menores tiveram um maior apoio da Itaipu. Hoje já existem cooperativas agropecuárias que se inseriram na recuperação de áreas degradadas, e parcerias governamentais que apoiaram de alguma forma o projeto. Uns entraram com veículo, outros com a banda de música, outras com as mudas, etc.
- Portanto as ações foram ampliadas e os investimentos realizados não foram superiores a 3 do faturamento da empresa.
- Consideram uma Comunidade de Aprendizagem que é um processo continuado que não está acabado. Esclareceu que os R\$ 380.000,00 foram investidos no FEA. Apresentou que os recursos investidos foram poucos considerando os resultados obtidos e o fato de ser uma política estruturante. Concretamente não existe nenhum piloto que atua especificamente com permacultura. 20 propriedades estão implementando sistemas agroflorestais orgânicos atingindo uma produção muito superior se fosse produzido soja nas propriedades.
- Nenhuma empresa irá florescer se não tiver processos sólidos de responsabilidade socioambiental. Teremos que ser a mudança que queremos ver no planeta, lembrando o que foi falado por Gandhi. Na 2ª quinzena de novembro será realizado um seminário internacional sobre o FIB (Índice de Felicidade Interna Bruta)

Felipe (MST)

- Pensar no modo de produção capitalista
- Trabalhar o conceito da ecopedagogia
- Utilizar a horta nas escolas para se trabalhar EA, soberania alimentar (melhorar a qualidade), trabalhar conteúdos escolares,
- A Bahia exige uma intervenção diferenciada em decorrência da sua dimensão. Está surgindo a demanda por uso de sistemas agroflorestais. A intervenção está calcada nas demandas apresentadas pelos sujeitos das ações educativas. Reforçou que a Bahia é um território interessante para a ação do educador ambiental. Temos que pensar em uma nova atitude ecológica pensar-reflectir e agir.

Mauro Guimarães – Educação Ambiental de Trabalhadores – UFRRJ

A ISO pode ser uma porta de entrada para a EA. É uma conjuntura favorável importante para superarmos a tendência de procedimentos gerenciais restritas a treinamentos que visam apenas mudanças comportamentais.

2.5. Mesa redonda “Estudos de caso e relatos e experiências”

Data: 07 de maio

Hora: 10:30

O coordenador da mesa, Nilo Diniz, convida todos a participar do seminário. Todas palestras com arquivos de apresentações em slides serão disponibilizadas na página do CONAMA. Ele ainda explicou sobre a seqüência de atividades do seminário e pediu a colaboração dos participantes nos trabalhos.

Jean Benevides - Caixa Econômica Federal - CEF

- 120 mil pessoas trabalham na CEF
- Apresentou histórico da CEF com a responsabilidade socioambiental
- Desenvolvem gestão ambiental
- As ações de EA tem que estar inseridas/incorporadas na empresas, e não ser uma ação isolada
- A empresa deve estabelecer eixos de atuação
- Ao exigir a licença ambiental dos seus clientes empresários, eles perderam alguns clientes
- Nilo diz que os programas de responsabilidade socioambiental interferem nos produtos da empresa, não só na imagem.

Sérgio Araújo de Sousa - COELCE

- Primeira empresa distribuidora de energia elétrica do estado do Ceará
- Óleo ecológico desenvolvido com a castanha de caju e mamona – biodegradável.
- Desenvolvem o projeto Ecoelce que beneficia 112 mil famílias. Neste o cliente recebe um cartão magnético que gera crédito de descontos na conta de luz de energia. A coleta seletiva de lixo também gera bônus na conta. Tem diversas famílias de baixa renda que já pagam toda a conta com os créditos obtidos. O projeto é considerado de eficiência energética.

Pedro Sérgio Bicudo - Programa Interagir da CSP

- Voltado para indústria siderúrgica. Município de Vitória e Serra – ES.
- O programa iniciou em junho 1996 e se transformou em diretriz dentro da Política Ambiental da empresa
- Objetivos: Buscar afinidades; Dar conhecimentos; Mudar atitudes
- Instrumentos metodológicos: Módulos de treinamento; Vídeos e dinâmicas de grupo; Técnicas de sensibilização; Encontros de EA
- Diagnóstico para elaboração dos módulos de formação: No diagnóstico realizado percebeu-se que grande parte da empresa via meio ambiente como fauna e flora, sem considerar o ser humano.
- Há necessidade de envolvimento do nível gerencial para legitimação das ações desenvolvidas. Foram feitas mudanças nas estruturas físicas visando a minimização dos impactos ambientais. As estratégias foram definidas pelos próprios funcionários da empresa
- Resultados principais: Melhoria de desempenho; Postura pró-ativa – cultura ambiental; Momento de sensibilização, integração, reflexão e qualificação.
- A peça mais importante de todo o processo da empresa são os funcionários, sem distinção de importância.
- Trabalhos de auto estima em ações de EA
- Há necessidade de avanços em conjunto – sociedade, empresas e governo.

Tânia Maria Mascarenhas Pinto – Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA

- Produção mais limpa com inventário de resíduos perigosos.
- Dificuldade de entrar nas empresas pois diversas não tem licença ambiental
- O estado do Ceará já demonstrou interesse em trabalhar com o óleo da castanha. Com base na metodologia adotada cada estado poderá escolher o resíduo que quer trabalhar.

Debate:

- Questionamentos:
- Foi realizado algum trabalho de educação para que a troca de resíduos por bônus na conta não estimule o aumento da geração de lixo? O que é feito com o resíduo coletado?
- Resposta: A Coelce não recebe em nenhum momento os resíduos. São feitos contratos com empresas de coleta e reciclagem. A Coelce só entra com o sistema. O público atendido é de clientes de baixa renda e não vê a necessidade de educar o cliente para reduzir seu consumo. Já clientes de alta renda em geral repassam seus créditos para instituições filantrópicas. Existe uma carreta com sorteio, cinema, educação ambiental e distribuição de geladeiras. A relação entre a Coelce e a sociedade só tem aumentado.
- Como a comunidade participa da discussão? O que é feito com as geladeiras coletadas?
- Resposta: As geladeiras são produzidas no próprio estado do CE e a própria empresa coletora é que faz o desmonte das geladeiras.
- Pergunta para CEF: Há a necessidade de valores compartilhados. Como foi o processo de integração entre o setor de responsabilidade socioambiental e RH ?
- Resposta: A CEF financia pesquisas por meio de editais para consórcio de universidades. O palestrante esclareceu que a CEF trabalha com o esclarecimento dos critérios adotados pela caixa. O trabalho técnico social é um componente obrigatório no desenvolvimento dos trabalhos. Foi feito um trabalho inicial com a alta administração para a construção das estratégias. A integração entre as áreas é um processo contínuo

- Os participantes do seminário sugeriram que a CEF disponibilize a opção de saldo em tela.
- Surgiu no debate o questionamento sobre a implementação da usinas hidrelétricas
- Pergunta para CSP: Como a sociedade é inserida?
- Os projetos são altamente impactantes no complexo industrial da grande vitória. O que tem sido feito é uma EA voltada para prevenção por meio de controle ambiental.

2.6. Mesa redonda: Responsabilidade socioambiental, comunicação e consumo sustentável

Data: 07 de maio

Hora: 14:00

Participantes:

Ricardo Young- Instituto Ethos

Alvaro Oyama- INCECC (Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros)

Liana John- Editora- executiva da Revista Terra da Gente

Karla Matos - Diretora de Responsabilidade Socioambiental da SAIC/MMA

Eliana de Mello Braga e Sílvia Regina Burzaca - CETESB

Coordenação: Eduardo Mattedi- Superintendente de Políticas para Sustentabilidade - SEMA/BA

Reladoras: Dra. Silvana Sapucaí (CNI) e Elizabete Mercadante (FIEB)

Dr. Eduardo, coordenador da mesa, fez a abertura do evento, destacando o momento atual:

- Estamos no “não mais e ainda não”
- Crise mundial - modelo do estado mínimo : inviável
- A crise mundial relaciona- se com a crise ambiental

Após a abertura, deu- se início as apresentações.

Eliane e Sílvia Regina Burzarka (CETESB)

- Citaram que 90% dos licenciamentos do CETESB são para micro e pequenas empresas
- Situação em que se encontravam: muitos empresários não têm licença e outros apresentam descuidos em relação a licença, por não compreenderem as exigências e nem atendê-las
- Buscaram pareceria da FIESP em 2003, tendo efetivado essa parceria em 2006
- A FIESP havia realizado uma pesquisa sobre a visão do empresário em relação ao licenciamento. Na pesquisa foi indicado que os empresários têm receio da CETESB
- Há um foco da FIESP com o desenvolvimento das micro e pequenas empresas
- Desenvolveram um projeto para conscientização ambiental com foco nas micro e pequenas empresas
- Projeto: orientar/conscientizar para a importância da licença ambiental. Capacitação em relação aos procedimentos para o licenciamento. Saber interpretar a licença que foi solicitada
- Ações: cartilhas(dúvidas frequentes)/Difusão: sites FIESP, CETESB, SMA e MMA, palestras com sindicatos (FIESP), participação do grupo de micro e pequenas empresas .
- Avaliação só será possível a longo prazo ainda não se pode medir resultados concretos.
- Complementação do relato:
 - Agencia Ambiental do Ipiranga, é uma das 49 agências de São Paulo
 - Há muita reclamação da comunidade a respeito destas micro e pequenas empresas
 - Em 2006 foi feita uma pesquisa (diagnóstico) para saber qual a visão do empresário com relação ao licenciamento. Foi detectado que havia um grande “medo” da CETESB
 - De 2003 a 2006 foi feita a articulação entre CETESB e FIESP.
 - Em 2006 foi assinado um protocolo de intenções com objetivo de orientar e conscientizar sobre a importância do licença ambiental e capacitar industriais em relação aos procedimentos para o licenciamento por meio de um projeto
 - Ações do projeto: elaboração das cartilhas e difusão
 - Palestras para sindicatos, com foco na responsabilidade perante a comunidade

- Avaliação: ainda não é vista uma mudança de atitude dos empresários; porém houve uma redução de reclamações da população

Alvaro Oyama (INCECC)

Reserva ecológica Cetrel Costa do Sauípe/Parque do Sauípe

- Apresentação da região: pólo industrial Camaçari/COFIC/Cetrel- litoral norte da Bahia
- Apoio da Cetrel do COFIC para implantação de um corredor ecológico e integração de ações sociomambientais
- Recuperação do anel florestal no pólo de Camaçari
- Parque de Sauípe: monitoramento da fauna /flora, museu, produção de mudas.
- Sustentabilidade do parque: educação ambiental/ecoturismo
- Apoio: Cetrel/COFIC/Costa do Sauípe /Mata de São João
- Projeto Fábrica de florestas- mudas mata atlântica - plantio no anel
- Complementação do relato:
- Cetrel é a empresa que trata efluentes de um complexo industrial do litoral norte da Bahia
- O Programa Corredor Ecológico costa dos coqueiros tem o objetivo de integrar as ações socioambientais das indústrias do pólo
- São feitos estudos de biodiversidade neste parque que tem 66 hectares, área foi cedida pela ODEBRECHT
- No parque são feitos trabalhos de EA, ecoturismo, artesanato e olaria
- O parque Sauípe tem parceria da CETREL, COFIC, Prefeitura Municipal de Mata de São João e Costa do Sauípe

Ricardo Young (Instituto Ethos)

- Agenda processo de Marrakech
- Modelo sustentável de produção e consumo
- Proteção e gestão de recursos naturais
- Combate a pobreza
- Produção e consumo sustentável: desassocia conceitos de qualidade de vida e consumo
- Essa relação não traz felicidade
- Desafio: Ruptura: qualidade de vida não está associada ao crescimento econômico e ao uso de recursos naturais
- Qualidade de vida: mais relação com a natureza
- Mudança civilizatória: tecnologia /valores/cultura
- Estado e sociedade precisam se articular de outra forma para garantir a sustentabilidade socioambiental
- Processo Marrakech redefine os papéis dos atores
- Algumas dicas sobre o que as empresas já podem fazer: *green technologie*, repensar modelo de negócio, desenvolver produtos e serviços sustentáveis, avaliar ciclo de vida dos produtos entre outras ações.
- Biomimética: Ecoeficiência - uma opção para solução de ruptura
- Complementação do relato:
- Após o evento de Joanesburgo ficou claro que deve haver uma mudança nos processos de produção e consumo, para produção e consumos sustentáveis (PCS)
- Um aspecto negativo do capitalismo é correlacionar felicidade a posse material
- O processo de Marrakech procura estabelecer que a qualidade de vida não está ligada ao crescimento econômico e ao uso de recursos naturais. A ruptura mostra que a qualidade de vida está muito mais ligada à saúde do bioma
- Para atingir o PCS temos que ter mudanças na infra-estrutura, tecnologia, produção e serviços, instrumento econômicos e regulação e no instrumentos para mudanças de comportamento e atitudes
- Os objetivos são a redução e mudança da produção e consumo
- As áreas prioritárias são políticas e forças de mercado e mudanças no padrão de produção e consumo
- Há uma comissão que está estudando a inclusão de alguns itens como serviços ambientais, e outros no quantificação do PIB (Produto Interno Bruto)

- Ao final ele enumerou algumas ações que o empresários podem fazer para contribuir com o processo de Marrakech
- Biomimética conceito desenvolvido por Janine M. Benyus pode ajudar na solução dos problemas
- 10 YFP (Year Framework Programm) em consulta pública no site da unep até 07/12/09 em: www.unep.fr/scp/marrakechprocess

Liana John (Revista Terra da Gente)

- Revista Terra da Gente: comunicação positiva da agenda do meio ambiente
- Reflexão espaço público e privado
- Espaço público: apropriações indevidas / "espaço de ninguém" é diferente de "espaço de todos"
- Prisioneiro do social em detrimento do socioambiental
- Bem comum x bem público
- Proteção da fauna: bem da sociedade brasileira. O meio ambiente é de todos nós .
- Educação ambiental: promover mudanças das atitudes
- Complementação do relato:

RS comunicação e consumo sustentável

- Traz a discussão do bem comum, espaços público e privado; Há uma confusão na compreensão destes conceitos
- Fez considerações a respeito das implicações da APP (Área de Proteção Permanente), sua função ambiental
- Represa de Guarapiranga: 600 mil pessoas vivem em ocupações irregulares.
- A discussão sobre o bem comum deve ser incluída nas práticas de EA
- O MA é um bem da sociedade brasileira
- EA: promover mudança de atitude para formar cidadãos capazes de trabalhar com uma agenda positiva e pelo bem comum; deve inserir o cidadão em uma comunidade que entenda como funciona o MA do qual faz parte e qual sua parte na preservação do bem comum; Deve chegar a todos lugares

Karla Matos (MMA)

- Plano nacional de mudança de clima
- Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): programa de educação ambiental - implantar ações socioambientais na gestão pública (municipal, estadual, e federal)
- Uso racional dos recursos naturais
- Gestão adequada dos resíduos
- Inclusão digital nos lugares de acesso mais remotos
- Ação da educação - Ação permanente
- Agenda 21: governo e sociedade criam um espaço de conservação de território
- Criação de Agendas 21 locais
- Trabalho conjunto em um território em que governo e sociedade busquem soluções
- Precisamos aprender a fazer e ao mesmo tempo, já ensinando
- Complementação do relato:
- Falou que o DCRS (Departamento da Cidadania e Responsabilidade Socioambiental) está na SAIC (Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental), trabalhando juntamente com o DEA.
- O DCRS tem 3 focos:
 - CNMA: trabalha com sociedade civil na discussão das questões ambientais
 - A SAIC trabalha em articulação direta com o Plano Nacional de Mudanças Climáticas
 - A3P: Seus eixos são uso racional dos recursos naturais, transporte; gestão adequada de resíduos; coleta seletiva solidária; junto com o CONAMA se preocupa em reduzir o uso de papel e plástico; sensibilização e capacitação; qualidade de vida no trabalho; licitações sustentáveis;
- Agenda 21: Visa que governo e sociedade planejam juntos ações para o desenvolvimento sustentável; Uma das ações do programa é o apoio a criação de agendas 21 locais
- Eixos para Responsabilidade Socioambiental: trabalho conjunto que governo e sociedade elaborem as políticas públicas, controle social, entendimento dos cidadão a respeito das questões ambientais

- Integrar instrumentos de RS e EA empresarial como por exemplo as ISOs
- Qual e a relação entre a educação ambiental e a responsabilidade socioambiental
- Como transformar o mote da publicidade para um que contemple a diminuição do consumo

Após as apresentações o coordenador da mesa conclui:

- As marcas da luta entre capital e trabalho ainda estão presentes
- Ainda há uma conservação do estado atual
- Desafio em romper esse cenário

Debates:

- As mensagens publicitárias associam consumo a felicidade. O Ethos planeja trabalhar em conjunto com faculdades/agências?
- Qual o produto/resultado no processo de esclarecimento do licenciamento?
- Considerando a fala sobre biomimética, qual a visão do Instituto Ethos sobre o princípio da venda de serviços e não da aquisição de serviços ?
- A norma ISO 26000 inclui educação ambiental. Há uma sobreposição de normas, procedimentos, agendas , etc. Recomendação de indicadores que integre essas agendas
- Há alguma aproximação do Instituto Ethos com a agroindústria ?
- Houve uma citação ao plano de desenvolvimento do governo que desconsiderou áreas de proteção ambiental
- Como o Instituto Ethos percebe o terceiro setor nesse contexto?

Considerações finais dos participantes /resposta:

Alvaro Oyama

- Plante uma árvore no aniversário. Plante uma árvore por ano.

Karla Matos

- Os indicadores do PIB já estão ultrapassados. Porque não criamos um movimento para criar novos indicadores, com o foco socioambiental. Indicar sustentabilidade /felicidade

Liana John

- De fato há planos governamentais em áreas de proteção ambiental.
- Citou exemplos: "A população de Washington possui XX parques" e citou ainda uma conversa que teve com um funcionário de um parque na Malásia, demonstrando que ele sentia que o parque era da comunidade.
- A noção do que é público ainda é muito distorcida no Brasil.

Eliane de Melo Braga e Silvia Regina Burzaca

- Ainda não há resultados concretos sobre o projeto apresentado
- A FIESPE provavelmente terá mais condições de ter esses dados por meio de pesquisas
- Sobre as atividades referentes a empresas de micro e pequeno porte, há estudos para repassá-las para os municípios, ficando estado com as atividades referentes as empresas de maior porte
- O importante é que a empresa compreenda a importância do licenciamento

Eduardo Mattedi

- Citou que considera rica a sobreposição de indicadores e agendas
- Frisou a importância que o governo do estado dá ao meio ambiente

Ricardo Young

- O instituto Ethos faz vários eventos para disseminar o tema, em destaque para a Conferência Internacional do Instituto Ethos
- Biomimética/capitalismo natural - a sustentabilidade passa por mudanças – modelos descentralizados - economia sustentável , inclusiva. No futuro haverá mais serviço do que produtos.
- Economia com foco em serviços
- Bens duráveis: serão identificados pelo serviço do que pelo produto em si. Isso facilita a reciclagem e gera redução da produção

- ISO 26000 e outras: estamos no início de uma revolução. Uma provável mudança de conceito de gestão /riqueza. Com o tempo haverá uma seleção natural dos indicadores que mais atendem.
- A ISO 26000 está sendo construída a várias mãos. Será referência dos princípios de uma gestão socioambiental.
- Agronegócio - grande inovação tecnológica e atraso na compreensão da sustentabilidade.
- Haverá mudança o conceito de democracia/cidadania. Espaço do exercício da sociedade civil organizada
- uma forma de mudança.

2.7. Mesa redonda: “Educação Ambiental no Licenciamento”

Data: 07 de maio

Hora: 16:30

Edmilson Maturana – CGPEG/IBAMA “A experiência do licenciamento do Petróleo *offshore*”

- Tem três projetos: 1.PEA; 2.2. PCAP; 3.3.Projeto de Educação PEAT
- 1.PEA: 1.– Possui como base legal a PNEA; 2.– Metodologias participativas; 3.– Os atores sociais como protagonistas
- Sujeitos: Diferentes atores afetados pelo empreendimento
- Exigido nas etapas de produção ou perfuração de longo prazo e no atendimento a termos de Ajustamento de conduta – TAC.
- PCAP: Enfoque na compensação aos pescadores devido a restrição gerada a atividade de pesca durante a exploração de petróleo.
- Etapas: - mobilização; - diagnóstico participativo; - eleição das principais demandas; - implementação de uma delas.
- PEA e PCAP: Devem gerar projetos voltados para a coletividade – o foco não é o indivíduo; Não devem assumir atribuições exclusivas do poder público; Devem ser sustentáveis;
- PEA – histórico e evolução: - projetos desenvolvidos pelas empresas eram voltados para a educação formal sem vínculo com os impactos da atividade, descolados da realidade; Inexistência de uma integração com as políticas públicas locais.
- Nesse sentido, a CGPEG e a CGEAM estabeleceram diretrizes e procedimentos para os projetos de EA no licenciamento de petróleo em consonância com os pressupostos da educação no processo de gestão ambiental.
- Em 2005, foi realizada em Friburgo uma Oficina de Educação Ambiental e Licenciamento de Petróleo e Gás
- Elaboração do documento: “Orientações pedagógicas do Ibama para elaboração e implementação de programas de educação ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural”
- Existem 5 projetos com diagnóstico participativo já realizado.
- Destaque para o projeto da Devon que por meio da linguagem visual conseguiu atingir um grande público.
- Principais resultados: Importância da EA na promoção do diálogo entre os grupos sociais e outros instrumentos de gestão pública.
- Cenário Atual : - Formulação de indicadores de resultados e de processo; - Proposição de aprofundar as diretrizes estabelecidas;- Demanda de recursos humanos para atuam com os projetos de EA em licenciamento; - Papel decisivo do acompanhamento dos projetos pelo licenciador.

Edna Leite – Licenciamento Ambiental no Licenciamento no Projeto Manati- Petrobrás

- Fruto de condicionante de licenciamento de operação.
- Região do Baixo Sul e recôncavo baiano com atividade predominante turística
- Baixo sul – turismo
- Comunidades piloto - metodologias participativas;
- Comunidades novas – solicitaram a participação no projeto;
- Comunidades de interseção com a El Paso
- Recôncavo – atividades baseadas na agricultura, pesca, turismo e serviços.

- Comunidades de 7 regiões
- Projetos socioambientais envolvem 42 comunidades
- Monitoramento ambiental durante toda fase de operação
- Recuperação de áreas degradadas
- Controle da poluição
- EA para os trabalhadores
- Comunicação social
- Projeto de desativação do empreendimento
- Plano de emergência individual
- Metodologia Participativa: Realização de oficinas; Criação de um grupo gestor; Diagnóstico participativo; Devolutivas para identificação dos projetos que devem ser implementados na comunidade
- Avaliação dos resultados – mensuração da percepção das comunidades e construção de uma série histórica
- Desafios: Ação contínua com os diversos públicos

Lívia Instituto Estadual de Meio Ambiente do ES

- A EA está inserida como prioritária no planejamento estratégico do estado.
- Foi elaborado o Programa de Educação de EA no Licenciamento
- Foi publicada a IN 003/2009 que traz termo de referência para a elaboração dos projetos
- Educação ambiental crítica e emancipatória
- Termo de Referência (TR) foi elaborado pelos servidores e empresas
- Objetivo: Público: empreendedores e consultores de empreendimentos potencialmente poluidores
- O Próprio TR já é submetido à Audiências públicas

Lúcia Maria Bandeira de Melo Ferreira - Furnas

- Criando um GT para instituir a política de EA na empresa
- Intenção de implementar a A3P na empresa
- Etapas de implementação: Diagnóstico socioambiental; Capacitações; Oficinas; Fóruns regionais e Campanhas educativas
- Estão iniciando trabalhos de associativismo
- Laboratório audiovisual
- Limitação de recursos aportados em cada empreendimento

Elisabeth Wagner – Diretora do instituto de meio ambiente do estado da bahia

- Oficinas: mais participação social no licenciamento ambiental
- Expôs a sensibilidade e mobilização proporcionada por este seminário. Parabenizou todos os organizadores.
- Questões centrais:
 1. Confronto entre público e privado como problema da modernidade;
 2. Indicadores de felicidade individual perdemos a capacidade de compartilhar sensos comuns. Oportunidade de compartilhar o tesouro da felicidade pública (Hanah Arendt) ; 3. Milton Santos – Natureza Amiga;
 4. O professor Milton Santos nunca foi considerado referência na área ambiental, mas como ninguém teve a sabedoria de trabalhar a natureza vinculada à questão humana. De um lado extremo se encontra a natureza intocada. Agora estamos em um outro extremo – destruição total. A discussão é o nosso desafio civilizatório.
 5. Os órgãos ambientais se tornaram cartórios de licenciamento. Devemos tornar gestores ambientais na busca por um desenvolvimento humano, social e ambiental.
- Foi feito um mapeamento de todas as licenças. Conclui-se que os projetos não estavam atendendo as expectativas.
- Construíram juntamente com o ES um termo de referência que se encontra em apreciação na CIEA/BA. Em seguida será encaminhada para a CTEA para a aprovação de uma resolução do conselho.

- Oficinas preparatórias para discussão do EIA/RIMA e termos de referência que irão orientar o EIA/RIMA.
- A receptividade e imagem da empresa passou a ser positiva pois permitiu a antecipação dos problemas e diminuição dos problemas.

Lucia Anello – DEA/MMA, coordenação da mesa:

- Se de fato a EA busca contribuir e criar as condições para um novo olhar e paradigma o licenciamento é um instrumento público importante.

Debate

- Muito ainda precisa ser feito, portanto, como a partir de agora vamos continuar, para que este processo se torne permanente?
- Como introduzimos a EA no debate da decisão dos empreendimentos que devem ser implementados – ou não.
- Sugestão: Que os órgãos de meio ambiente se integre ao programa de cisternas rurais.
- Como os órgãos ambientais estão trabalhando o planejamento dos projetos de EA ao longo do processo de licenciamento?
- Por que Furnas não mostrou os impactos do empreendimento nas comunidades do entorno do empreendimento ?
- Respostas:
- Iema – ES: o programa de EA tem vigência durante a licença, na renovação da licença de operação o programa de EA é novamente apresentado
- Furnas: as discussões sobre os empreendimento ocorre por meio de audiências públicas
- CGPEG/Ibama: Ressaltou a importância do papel do estado neste aspecto (EA e licenciamento); Devemos nos debruçar sobre a lei de ea para a construção das diretrizes para EA no licenciamento